

A migração internacional nos quadros da cooperação transfronteiriça franco-brasileira

Carmentil I a das Chagas Martins*

Resumo: O objetivo deste texto é refletir sobre questões relativas às migrações internacionais em uma região particular do território brasileiro, qual seja: as zonas fronteiriças. A suposição é de que inserção da perspectiva local sobre as configurações delineadas pelos processos de institucionalização de cooperação transfronteiriça tem muito a contribuir para com a explicação e entendimento acerca as migrações internacionais. A ideia é chamar atenção, em primeiro lugar, para o que seria o processo da migração internacional nas zonas de fronteira e, em segundo lugar, para os atores envolvidos com esses deslocamentos, tanto aqueles ligados as instituições federais que têm por competência o governo desses lugares, como para os agentes locais, ou seja, pessoas cujo cotidiano é muito caracterizado por essa dinâmica migratória. O texto almeja colocar em foco a postura teórica e metodológica dos sociólogos contemporâneos ao se depararem com problemáticas desencadeadas por essa modalidade de acordo internacional. Isso decorre da percepção de que a cooperação transfronteiriça teve impacto nas práticas e identidades sociais, bem como acabou por impor o imperativo de adaptação das regras coletivas. A análise destaca os caracteres da migração transfronteiriça no âmbito das relações internacionais franco-brasileiras na fronteira Guiana Francesa-Amapá. Nesse intento apresentar-se-ão as informações coletadas nos documentos, na pesquisa de campo e na bibliografia pertinente.

Palavras-chaves: Migração internacional. Cooperação transfronteiriça. França. Brasil.

The International Migration in the Frames of Franco-Brazilian Cross-Border Cooperation

Abstract: the objective of this text is to reflect on some issues related to international migration in a particular region of the Brazilian territory, that is, the border areas. The assumption is that the insertion of the local perspective on the configurations delineated by the processes of institutionalization of cross-border cooperation has much to contribute to the explanation and understanding about international migrations. The idea is to draw attention, firstly, to what would be the process of international migration in border areas and, secondly, to the actors involved in these displacements, both those linked to the federal institutions which are competent for the governments of these places, and local agents, that means, people whose daily life is very characterized by this migratory dynamics. The text aims to focus on the theoretical and methodological posture of contemporary sociologists when faced with problems triggered by this modality of international agreement. This arises from the perception that cross-border cooperation had an impact on social practices and identities, as well as ended up imposing the imperative of adapting of collective rules. The analysis highlights the characteristics of cross-border migration in the context of Franco-Brazilian international relations on the border of French Guiana and Amapá. To this intent, the information collected in the documents will be presented, in the field research and pertinent bibliography.

Keywords: International migration. Cross-border cooperation. France. Brazil.

* Doutora em Ciências Sociais (Ufpa). Professora do Colegiado de História da Universidade Federal do Amapá. Desenvolve pesquisas sobre: cidades, urbanização e dinâmicas migratórias.

O objetivo deste texto é refletir sobre algumas questões relativas às migrações internacionais em uma região particular do território brasileiro, qual seja: as zonas fronteiriças. A suposição é de que a inserção da perspectiva local nas análises sociológicas sobre as configurações delineadas pelos processos de institucionalização de cooperação transfronteiriça tem muito a contribuir para com a explicação e entendimento acerca das migrações internacionais.

A ideia é chamar atenção, em primeiro lugar, para o que seria o processo da migração internacional nas zonas de fronteira e, em segundo lugar, para os atores envolvidos com esses deslocamentos, tanto aqueles ligados às instituições federais que têm por competência o governo desses lugares, como para os agentes locais, ou seja, pessoas cujo cotidiano é muito caracterizado por essa dinâmica migratória.

A análise será desenvolvida na fronteira do Amapá com o Departamento Ultramarino Guiana Francesa, a partir da celebração do Acordo-Quadro de Cooperação Brasil-França (maio 1996). A institucionalização da cooperação transfronteiriça franco-brasileira carrega em seu bojo propostas que pretendem estimular ações conjuntas para o desenvolvimento socioeconômico sustentável nas coletividades situadas de um lado e outro do rio Oiapoque, limite natural e divisor das soberanias. Espera-se desenvolver a hipótese segundo a qual as migrações de brasileiros para a Guiana Francesa se constituem em principal constrangimento ao cumprimento dessas propostas.

As questões que se colocam com a institucionalização da cooperação transfronteiriça concernem menos à agregação e integração de Estados em termos econômicos e políticos e mais às demandas relacionadas aos atores por ela afetados (CRUZ, 1995). A premissa indica que a cooperação transfronteiriça é um arranjo institucional no âmbito das relações internacionais, mas que apresenta implicações em sociedades locais, nas quais se identificou a emergência da problemática relacionada às migrações na zona fronteiriça.

As nações que se propõem a cooperar na fronteira são contíguas territorialmente, mas distanciam-se em suas histórias, constituições e recursos ao poder, a partir disso, portanto, desencadeia-se uma série de fatos que nem sempre se ajustam ao formato institucional criado pelas relações internacionais.

O interesse é apresentar os procedimentos e estratégias dos governos da França e do Brasil em responder em termos políticos e institucionais a esses fluxos de

peças entre as localidades de Oiapoque (Amapá-Brasil) e Saint Georges (Guiana Francesa-França). Pretende-se discutir se as ações vinculadas ao desenvolvimento da cooperação transfronteiriça contemplam as migrações internacionais no que se refere ao processo de tomada de decisões e à participação política dos atores locais.

O texto se estrutura em duas partes: a primeira traz uma discussão sobre os desafios epistemológicos que a cooperação transfronteiriça impõe à sociologia. Esse eixo almeja colocar em foco a postura teórica e metodológica dos sociólogos contemporâneos ao se depararem com problemáticas desencadeadas por essa modalidade de acordo internacional. Isso decorre da percepção de que a cooperação transfronteiriça teve impacto nas práticas e identidades sociais, bem como acabou por impor o imperativo de adaptação das regras coletivas.

Na segunda parte do artigo, a ênfase está na análise dos caracteres da migração transfronteiriça, a orientação metodológica é de que suas propriedades vinculam-se ao conjunto das relações internacionais franco-brasileiras para a fronteira Guiana Francesa-Amapá. Nesse intento apresentar-se-ão as informações coletadas nos documentos, na pesquisa de campo em outubro de 2011 e na bibliografia pertinente.

Segundo Douglas Massey (2003), a elaboração de um pensamento sobre as migrações apresenta como requisito algumas indagações, dentre as quais se destaca: como os governos nacionais respondem a esses movimentos de pessoas e em que medida suas políticas para esse propósito são eficazes? A pergunta indicada pelo autor serve ao argumento da relevância em deslocar os estudos sobre movimentos migratórios da dimensão econômica e geográfica, para o domínio da sociologia.

É imperativo examinar as configurações sociais em locais onde interagem agentes cuja mobilidade é parte de suas vivências cotidianas. As zonas fronteiriças são lugares construídos pelos indivíduos que nelas moram e transitam, são eles que migram de um lado para outro, realizando trocas, estabelecendo vínculos, constituindo práticas sociais e culturais; ainda assim, apesar da intensa interação, essa mobilidade expressa o transitar entre nações distintas. Nesse ponto se insere a urgência em dedicar atenção tanto à reflexão sobre a ampliação das práticas sociais, como também no que se refere à organização das regras coletivas.

Entre os migrantes transfronteiriços, em levantamento prévio, contam-se as categorias laborais, ou seja, pessoas que migram para o outro lado da fronteira inter-

nacional em busca de oportunidades de trabalho. Não é o propósito abordar as migrações laborais, mas é pertinente chamar atenção às ideias de Massey (2003) acerca desse tipo migração. O autor sugere uma posição intermediária entre uma fronteira aberta e restrições draconianas aos movimentos migratórios internacionais. Ao invés de tentar desencorajar imigração através da repressão, os decisores políticos devem reconhecer a imigração como parte natural da integração econômica mundial e trabalhar multilateralmente para gerir esses fluxos de forma mais eficaz, para que de modo cooperativo se torne possível aos Estados maximizar benefícios e minimizar custos, tanto para as sociedades de envio, quanto para as de acolhimento. Em suma, a migração internacional deve ser reconhecida como uma parte inseparável da globalização econômica e estar sob a égide de acordos multilaterais mais amplos de regulamentação do comércio e investimento.

Para os limites do texto se privilegiou alguns conceitos da sociologia das relações internacionais como aporte de análise. O pressuposto é de que contemporaneamente os estudos sociológicos sobre as migrações internacionais devem conjugar matrizes teóricas, de modo a atender as carências por explicação e entendimento, bem como distinguir suas propriedades em relação a outras formas de mobilidade no espaço.

Se hoje há férteis e consistentes reflexões no campo da economia e geografia sobre essa temática, isso se apresenta contemporaneamente como desafio ao horizonte teórico da sociologia. Em termos epistemológicos o tema das migrações encontra-se ausente no pensamento clássico das ciências sociais no século XIX, até mesmo pelas características da produção intelectual daquele momento, que ainda se encontrava assinalada pela frágil especialização disciplinar.

A sociologia clássica desenvolveu-se como campo disciplinar no século XIX delimitando objetos, conceitos e metodologias para pensar as coletividades humanas. Os significados construídos pelas abordagens sociológicas dessa época trouxeram explicações e entendimento sobre as sociedades, ou seja, a sociologia se propunha elaborar um conhecimento analítico sobre a relação entre identidades sociais, práticas sociais e métodos de definição de regras coletivas, esses conceitos servem para postular que a coesão advém do compartilhamento existente entre os indivíduos de uma coletividade (WAGNER, 1995).

Nesse âmbito se desenvolveu o pressuposto de que o surgimento dos Estados nacionais se fez pela definição de fronteiras internacionais como limites políticos ao exercício da soberania e, a partir disso, houve o fomento para que as práticas sociais vinculassem os indivíduos na promoção da coesão interna, de modo que Estado nacional e sociedade passaram a vincular-se no pensamento sociológico.

Na passagem do século XX para o XXI, observa-se a intensificação dos fluxos de capitais, informações, mercadorias e pessoas, os quais acabam por revelar que muitas práticas sociais se realizam além das tradicionais fronteiras internacionais. Isso, sem dúvida, alterou significativamente não apenas os domínios tradicionais de ação/intervenção do Estado como também as identidades sociais dos indivíduos. Marcel Merle (1981) assevera que o objeto de investigação no campo da sociologia das relações internacionais se define não pelas fronteiras que o envolve, mas, pelas fronteiras que transgride. Ou seja, as relações sociais entre grupos diferentes somente se tornam internacionais quando se interpõem entre os grupos considerados o fenômeno da fronteira internacional.

Tais premissas demonstram modificações em contextos sociais e culturais, e em termos sociológicos essas transformações engendram insegurança e incerteza, bem como se alteram as expectativas dos indivíduos em relação à orientação de suas vidas. Diante desta exposição mostra-se pertinente indicar que a sociologia é desafiada teórica e metodologicamente, torna-lhe imperativo significar com conceitos e hipóteses, as configurações sociais que anunciam a ampliação das práticas sociais, a desestruturação de identidades sociais e a carência de adaptação dos ordenamentos políticos (WAGNER, 1995).

Acredita-se que dentre os processos que assinalam esta contemporaneidade no Brasil, há um que apresenta implicações em sociedades locais espalhadas por todo território nacional e, por este motivo, merece maior atenção dos sociólogos: as estratégias de ordenamento territorial; as quais não podem ser reduzidas unicamente ao campo estatal, pois impactam nas coletividades que são atingidas por essa dinâmica.

Com a intensificação na mídia de notícias relativas aos processos de aproximação e integração nas fronteiras internacionais, siglas como Mercosul, IIRSA e Unasul passaram a ser tratadas com muita seriedade no pensamento diplomático-estratégico dos governos na América do Sul, em sequência começaram a surgir as pesquisas aca-

dêmicas discutindo, refletindo, analisando, buscando oferecer um conhecimento menos imediatista e voluntarista sobre esses processos integrativos.

Os indivíduos começam a sentir em seu cotidiano os efeitos dessas ações que ocorrem entre governos, em nível internacional; por exemplo, os conflitos fundiários na fronteira do Brasil com o Paraguai (ALBUQUERQUE, 2008); o ataque dos suriname-ses aos brasileiros na cidade de Albina na fronteira do Suriname com a Guiana Francesa, área de garimpos ilegais, que deixou quatorze feridos¹; igualmente os acontecimentos envolvendo disputa de terras entre brasileiros e bolivianos na região fronteira entre Rondônia e Bolívia, a região, que já vive um eterno conflito entre madeireiros e agricultores agora também é palco para a disputa de terras entre brasileiros e bolivianos².

Nessas circunstâncias, observa-se que não são somente os processos de integração merecem a atenção dos cientistas sociais, mas particularmente como isso afeta os cidadãos fronteiriços. Essa afirmação traz para a discussão outro movimento, que é na verdade a grande questão: os movimentos de pessoas através dessas fronteiras.

Os níveis de integração têm poderes diferentes sobre a estruturação das capacidades de agentes coletivos e individuais. São, portanto, instâncias fundamentais de formação identitária. [...] As relações entre os diversos níveis de integração não são unilineares, mas marcadas por disjunções e poderes de estruturação circunstanciais e desiguais. Também implicam uma lógica de inclusividade, isto é, quanto mais distantes do nível local, mais abstratas, ambíguas e sujeitas a estereotipificação as categorias [de atores] se tornam (RIBEIRO, 2000, p. 97; grifo nosso).

Isto demonstra a modificação nos dispositivos de estruturação das relações de poder, essa questão se instala no ponto de ação/intervenção estatal na sociedade. A proposição é ordenar o território para melhorar o desempenho nos intercâmbios. Essas representações elaboradas pelo pensamento estratégico brasileiro evocam uma realidade na qual não aparecem os atores locais em suas vivências históricas e sociais.

O fato de que os valores sociais, culturais e necessidades locais não apresentam nenhuma ascendência na organização do poder impede a percepção dos atores

¹ Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL1426880-5602,00-ATAQUE+CONTRA+BRASILEIROS+NO+SURINAME+DEIXA+FERIDOS+SETE+EM+ESTADO+GRAVE.html>. Acesso em: 08/09/2012.

² Disponível em: <http://www.rondoniadinamica.com/arquivo/mpf-ro-ve-possibilidade-de-conflito-arma-do-entre-brasileiros-e-bolivianos-na-fronteira,34462.shtml>. Acesso em 08/09/2012.

institucionais quanto à premissa de que as ações localizadas que impliquem em mudanças significativas quanto ao uso do território devem pressupor não apenas ajustes políticos e institucionais, mas, sobretudo romper com o padrão histórico das desigualdades regionais no Brasil.

Ao refletir sobre a relação entre segurança, população, governo, Foucault (1979) faz a verificação do surgimento histórico da população em associação com a governamentalização do Estado. Segundo essa tese é o governo que dá sentido aos aparelhos do Estado, também é ele que tem a população que habita o território como objeto de seu governo. A população passa a ser tomada como sujeito de necessidades, de aspirações. Por outro lado, o Estado de governo estrutura estratégias com as quais dispõe os mecanismos para controlar esta mesma população, de tal modo que ela se torna também objeto do governo.

Para a sociologia o nascimento de um lugar – aldeia, povoado, vila, municipalidade, cidade, área de fronteira – relaciona-se a luta de representações em campos com poder simbólico de definir os critérios que evocam a existência objetiva do lugar. Isso se relaciona a constituição de configurações sociais que sugerem fenômenos políticos, econômicos, jurídicos, culturais com envolvimento de atores individuais e coletivos. Esse pressuposto remete ao entendimento de que os lugares têm muito a explicar sobre as coletividades neles estabelecidas (BOURDIEU, 2006).

Ao procurar romper com pré-noções da sociologia espontânea – realidade e representação – Pierre Bourdieu (2006) afirmar a importância do debate crítico sobre a luta das representações da realidade, sua intenção é demonstrar que a realidade é antes de tudo representação. Sua análise expõe à crítica os instrumentos com os quais se constroem os objetos de investigação, pois, as representações possuem funções práticas e procuram alcançar efeitos sociais, assim sendo torna-se possível contribuir para produzir aquilo que as ciências sociais descrevem ou designam, fazendo aparecer ilusões e incoerências. Se não se pode modificar o estabelecido, que ao menos seja possível lhe examinar e julgar.

As relações entre Amapá e Guiana Francesa foram assinaladas por conflitos relativos à demarcação dos limites internacionais; primeiramente envolvendo Portugal e França, e, após 1822, Brasil e França. O litígio fronteiro no Amapá se insere no processo de conformação do território brasileiro e faz parte da herança do movimento de

penetração e conquista dos 'sertões' da América Portuguesa a partir do século XVI (GÓES FILHO, 1999). O conflito foi solucionado em 1900 com o Laudo Arbitral Suíço que definiu 655 km de fronteira entre o Amapá e a Guiana Francesa, sendo que desses 360 km são constituídos pelo rio Oiapoque.

Do Laudo Suíço na década de 1990 a relação na fronteira do Amapá com a Guiana Francesa caracterizou-se pela indiferença (CERVO, 2002). Contudo, em 1996 houve uma modificação significativa nesse quadro: a celebração do Acordo-Quadro de Cooperação Brasil-França (assinado em Paris) significando o fortalecimento dos laços históricos entre as duas nações, no entanto esse acordo institucionalizou uma cooperação inédita nas relações entre as duas nações: a transfronteiriça, a qual implicaria em uma maior aproximação entre brasileiros e franceses.

As Partes Contratantes realizarão a cada ano consultas visando ao favorecimento da cooperação transfronteiriça em todos os domínios de interesse comum e ao exame dos projetos desenvolvidos pelas coletividades locais dos dois países, no quadro das legislações nacionais. Representantes dessas coletividades locais poderão estar associados a esses trabalhos (BRASIL, MRE, 1996).

Essa zona de fronteira liga duas regiões: Amapá e Guiana Francesa, duas nações Brasil e França e duas comunidades regionais Mercosul e União Europeia. O Amapá e a Guiana Francesa em conjunto com o Suriname, a República Cooperativa da Guiana e o sul da Venezuela constituem o Platô das Guianas.

O estado do Amapá é um dos mais recentes entes da federação brasileira, criado pela Constituição Federal de 1988. Departamento de Ultramar da França, a Guiana Francesa é parte integrante da União Europeia, segundo artigo 227, § 2 do Tratado de Maastricht, tal como é interpretado pela jurisprudência da Justiça Europeia, na qual as disposições do tratado e da lei complementar se aplicam em pleno direito aos Departamentos de Ultramar (AMAPÁ, s/d).

Importa destacar que Amapá e Guiana Francesa apresentam algumas semelhanças: 90% de suas áreas são cobertas pela floresta amazônica; apresentam uma infraestrutura em níveis inferiores as correspondentes médias nacionais e um incipiente desenvolvimento socioeconômico; no cenário de suas nações são periferias em relação aos centros decisórios; dependem de recursos financeiros externos. Do lado brasileiro localiza-se a cidade de Oiapoque e do lado francês a cidade de Saint Georges,

são coletividades separadas por critérios relacionados à soberania; nacionalidade e etnicidade; organização política, administrativa, institucional. Mas também, são muito próximas em termos físicos e em função do grau de interação entre seus habitantes por conta do intenso deslocamento de pessoas de um lado a outro da fronteira. Tal mobilidade configura Oiapoque e Saint Georges como cidades-gêmeas.

Em seu livro "Fronteiras na Amazônia: um espaço integrado" Pedro Coelho vislumbra a faixa de fronteira amazônica como espaço favorável ao desenvolvimento desse tipo de cooperação, sucedida pela integração regional. O ponto de vista do autor exprime a possibilidade de, por meio do intercâmbio entre países vizinhos, definirem-se estratégias para solucionar problemas comuns aos países amazônicos, e em fazer dessa aproximação, mecanismo para o aproveitamento das vantagens que regiões fronteiriças apresentam para a integração econômica, "que o espaço fronteiriço, em sua complexidade, requer uma focalização específica, temporalmente produzida tanto no sentido comunidade e lideranças locais-institucionalização governamental, como, eventualmente, no sentido inverso, ou seja, o do estímulo governamental-articulação local" (1992, p. 39).

A cooperação transfronteiriça constitui uma modalidade mais geograficamente focalizada da cooperação internacional, qual seja: as fronteiras internacionais. Resulta de acordo internacional que pode envolver não só países como regiões e outros espaços subnacionais. Seu primado é a cooperação entre os países com territórios contíguos. Esse tipo de cooperação cria uma convergência favorável à identificação de necessidades, constrangimentos e potencialidades nas respectivas zonas fronteiriças. Trata-se da concepção de estratégias resultantes de ações concertadas no âmbito de conhecimentos e experiências (RIBEIRO & SANTOS, 2002, p. 152 *apud* LOURENÇO, 2004).

A cooperação transfronteiriça se desenvolve na zona de fronteira e segundo conceituação da Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

o conceito de zona de fronteira aponta para um espaço de interação, uma paisagem específica, com espaço social transitivo, composto por diferenças oriundas da presença do limite internacional, e por fluxos e interações transfronteiriças, cuja territorialização mais evoluída é a das cidades-gêmeas (BRASIL. MI, 2005, p. 21).

A fronteira se constitui no espaço geográfico, mas é uma produção humana, a qual implica: interações e complementaridade entre sujeitos como também em relações de poder. Considerando-se o território brasileiro como uma totalidade, é possível visualizar que suas fronteiras são parcelas integradas a essa totalidade, portadoras de sentidos históricos, antropológicos, geográficos e sociológicos, assim sendo, muitas são as possibilidades disciplinares e interdisciplinares que se revelam no estudo dessas áreas.

A interação “real” se processa a revelia dos esforços políticos-institucionais para haver a interação “legal”, prevista na cooperação transfronteiriça. As relações entre os atores políticos e institucionais, expressas objetivamente nas Reuniões das Comissões Mistas de Cooperação Transfronteiriça Brasil-França (sucessivamente Brasília/1997, Caiena/1999, Macapá/2002, Caiena/2008, Macapá/2009, Caiena/2010 e Macapá/2011) não conseguem promover a adesão dos atores locais as suas proposições. O caso não é o conteúdo substantivo dessas propostas, mas a falta de envolvimento com as questões que caracterizam uma zona de fronteira, questões relacionadas a identidades e práticas sociais nas coletividades situadas na zona de fronteira Amapá-Guiana Francesa.

No entanto, essas áreas enfrentam problemas estruturais decorrentes de sua situação periférica, três proposições corroboram essa afirmação: 1) a situação da localização nas margens do território nacional; 2) o distanciamento do centro de poder e decisão; 3) os investimentos públicos e/ou privados ainda são acanhados. Esse quadro se traduz concretamente nas cidades fronteiriças, nesses lugares é imperiosa a elaboração de políticas públicas adequadas às particularidades históricas, sociais, culturais e econômicas dessas coletividades.

O caminho proposto começa com o discernimento acerca de suas vantagens em termos de desenvolvimento socioeconômico sustentável. O estudo de quatro, das sete Atas das Reuniões das Comissões Mistas de Cooperação Transfronteiriça Brasil-França possibilitou abstrair da documentação alguns dos benefícios que delineiam o horizonte da cooperação transfronteiriça franco-brasileira na fronteira Amapá-Guiana Francesa; como também favoreceu verificar a efetividade das proposições. Desse modo a cooperação transfronteiriça se propõe:

- Potencializar afinidades entre as localidades de Oiapoque e Saint Georges

localizadas nas zonas de fronteira.

- Promover a articulação entre atores públicos e privados com vistas à coesão institucional
- Identificar situação ou assunto problemático com objetivo de intervir ao nível das políticas públicas.
- Valorizar o patrimônio natural e cultural.
- Mobilizar recursos políticos e econômicos (sejam federais, estaduais ou municipais) para financiamento e criação de infraestrutura para uso comum.
- Promover intercâmbios para formação de recursos humanos, nos mais variados domínios: ciência e tecnologia, gestão pública e ambiental, turismo.
- Melhorar as condições sociais e econômicas das populações fronteiriças.

A cooperação transfronteiriça tem nas instituições públicas um importante protagonista, elas podem ser supranacionais e comunitárias (Mercosul-União Europeia); nacionais (Brasil-França); regionais (Tratado de Cooperação Amazônica); locais (Amapá-Guiana Francesa). Também podem ser parceiros na implantação e efetivação da cooperação transfronteiriça entidades semipúblicas ou privadas. O pressuposto mais basililar é propiciar aos atores participarem da cooperação transfronteiriça, sendo considerados portadores de interesses gerais ou específicos, de maneira a assegurar o desenvolvimento socioeconômico nas zonas de fronteira, bem como das populações fronteiriças (LOURENÇO, 2004).

A concertação e parceria podem exprimir a possibilidade objetiva de desenvolvimento socioeconômico para os moradores das cidades-gêmeas de Oiapoque e Saint Georges. A cooperação transfronteiriça franco-brasileira faz parte de uma política que visa ao desenvolvimento regional/local por meio da articulação infraestrutural, mas não encontra correspondência quando se trata da sociedade local, ou seja, observou-se que os procedimentos e estratégias organizados pelos atores governamentais no âmbito da integração física, cuja materialização pode ser constatada na construção da ponte binacional sobre o rio Oiapoque, se desenvolveram alheios à participação dos atores locais (MARTINS, 2008).

Tanto é assim, que a inauguração da ponte (figura 1) vai afetar cerca de cem famílias que provêm seu sustento da atividade de atravessar as pessoas através do rio,

esse transporte é feito em catraias (pequenas embarcações para navegação fluvial) e estabelece um fluxo regular entre Oiapoque e Saint Georges. O senhor José Ribamar de Souza Brito, presidente da Cooperativa Mista Fluvial de Catraieiros do Oiapoque fez a seguinte afirmação: “Sem uma política de compensação não haverá inauguração” (informação verbal)³.



Fonte Acervo fotográfico de Carmentilla Martins. Rio Oiapoque em 27 de outubro de 2012.

Na cooperação transfronteiriça os múltiplos atores podem ajudar a identificar, definir e canalizar determinada situação problemática ou conflituosa que exige resposta. São grupos de pressão, movimentos sociais, associações cívicas, patronais, profissionais, a mídia, etc.; enfim quaisquer grupos podem manifestar-se em face da busca de resolução ou do dissenso (SILVA, 2004). Tal concepção corresponde ao imperativo de uma cooperação descentralizada e de acordo com uma abordagem da “base para o topo” (*bottom-up*).

A situação problemática nasce da base, onde se verifica efetivamente, é identificada pelos canalizadores de exigências (cooperação transfronteiriça) segue pelos canais de input até o interior do sistema político e seus subsistemas (locais, regionais,

³ Informação fornecida durante a realização do Seminário Ponte Sobre o Rio Oiapoque, Impactos Econômicos e Sociais, na Assembleia Legislativa do Estado do Amapá, em 23/09/2011.

nacionais, supranacionais) e é tomada em consideração para efeitos de agenda política. Os órgãos de decisão mobilizam meios para prever e identificar antecipadamente certas situações de tensão e antecipar medidas políticas e legais, evitando a sobrecarga de tensão do sistema (SILVA, 2004).

Se as fronteiras surgem como espaços privilegiados nos processos de cooperação e integração regional devido à contiguidade territorial isso não se confirma quando se trata dos fluxos migratórios transfronteiriços, nesse caso a zona de fronteira emerge como lugar onde tensões se aguçam. Isso demonstra que a porosidade da fronteira pode se converter em alta densidade institucional, quando se trata de aplicar mecanismos de regulação e controle da migração internacional através das zonas de fronteira. A reflexão sobre a política de imigração adotada pelos governos do Brasil e da França revela como estão se estruturando as relações de poder nesses lugares.

A migração internacional clandestina de brasileiros para a Guiana Francesa

Desde a década de 1980 o Brasil passou da condição de receptor para exportador de migrantes. O estudo dos fluxos migratórios no Brasil padece de dificuldades relacionadas à insuficiência de dados, a mensuração desses deslocamentos populacionais depende de registros administrativos sucessivos de contagem em uma determinada região (CAMPOS, 2011). Quando se trata da migração internacional isso se complica, devido situação clandestina de significativa parcela dos brasileiros no exterior, os quais não aparecem nos relatórios consulares.

O conceito de migração remete ao entendimento da mobilidade no espaço, de modo mais específico, nas ciências humanas, ele alude ao deslocamento de indivíduos no espaço. Segundo dados do Departamento de Assistência Consular do Ministério das Relações Exteriores dentre os vinte países preferidos como destinos para os migrantes brasileiros, cinco estão localizados na América do Sul e todos fazem fronteira com o Brasil, quais sejam: Paraguai, Argentina, Guiana Francesa, Uruguai e Bolívia (MARINUCCI, 2008, p.3).

José Lindomar Albuquerque em "Imigração em territórios fronteiriços" (2008) apresenta o conceito de migração fronteiriça como deslocamentos populacionais nas zonas de fronteiras entre países vizinhos. O tema discutido pelo autor é a migração

fronteira na fronteira do Brasil com o Paraguai. Analisa os conflitos e confrontos de visões de mundo que envolve os “brasiguaios” (denominação aos brasileiros residentes no Paraguai) e que se ampliam porque entram em jogo os sentimentos nacionalistas e as diferenças entre ser cidadão e ser estrangeiro. Indica que nesse contexto as fronteiras das identidades nacionais são erguidas e reforçadas através de diferentes formas de autoclassificação e de classificação dos outros.

Para o autor o conceito de migrante se refere ao estrangeiro provisoriamente residente em outro país, mas que mantém variados elos culturais e sentimentais com suas nações de origem. Contudo, Albuquerque destaca que esse migrante acabará por se tornar imigrante quando se integrar na sociedade receptora. Por conta disso o autor tem entendimento de que

As migrações internacionais movimentam as nações e redefinem as fronteiras nacionais. Os deslocamentos populacionais nas zonas de fronteiras entre dois ou mais países, denominados de migrações fronteiriças, também geram muitas tensões e questionam os limites aparentemente fixos dos Estados nacionais. As imagens cristalizadas e delimitadas dos mapas das nações não correspondem à dinâmica da vida nos espaços fronteiriços (ALBUQUERQUE, 2008, p. 5).

Para Luis Aragón (2009) desde a década 1980 o Brasil deixou de ser receptor para tornar-se exportador de imigrantes. No cenário contemporâneo ele identifica novos padrões migratórios tais como: o aumento na proporção de imigrantes latino-americanos e norte-americanos, a migração de pessoas entre países que formam blocos sub-regionais, a concentração de imigrantes em metrópoles globais. Em tais circunstâncias o autor observa um aumento no volume de migrantes entre as fronteiras dos países que compõem a Pan-Amazônia. Segundo dados dos censos haveria na Amazônia um percentual de 4,57 % do total de estrangeiros do Brasil. Sendo que o Brasil juntamente com Guiana Francesa e Suriname, recebem 80% de todos os estrangeiros que residem na Amazônia, particularmente migrantes originários de países fronteiriços.

No caso específico da Guiana Francesa a presença de brasileiros somente perde para os migrantes vindos do Suriname, Guiana e do Caribe. Segundos dados apresentados por Aragón (2009) a Guiana Francesa entre os anos de 1999 e 2006 apresentou a maior taxa de crescimento demográfico e isso decorrente dos fluxos migratórios.

Mostra-se pertinente esclarecer que na França a definição de estrangeiro e imigrante obedece a critérios diferentes, é o país de nascimento não a nacionalidade ao nascer o que define a origem geográfica de um imigrante, ou seja, um imigrante na França é estrangeiro nascido no estrangeiro, mas residente na França; enquanto o estrangeiro é nascido no exterior, portanto certos estrangeiros são nascidos na França, principalmente crianças pequenas. O imigrante pode adquirir a nacionalidade francesa, mas sua classificação não se modifica, o que denota ser a condição de imigrante permanente, dessa perspectiva a tendência é o número de imigrantes ser menor que de estrangeiros. Os dados do Insee (Instituto Nacional de Estatísticas e Estudos Econômicos da França) corroboram a tese do autor de que os benefícios sociais na Guiana Francesa são fatores de atração, inclusive há alguns imigrantes que vivem à custa do salário desemprego.

Na Pan-Amazônia, Aragón (*idem*) identifica que no fenômeno migratório através das fronteiras não há um padrão, os fluxos incluem prolongamentos de migrações internas, migração de garimpeiros e nas rotas de tráfico de ilícitos. Em alguns casos se tem nichos de trabalho como ocorre entre Brasil, Venezuela e Guiana. Um questionamento que se impõe refere-se às respostas políticas que os Estados podem vir a dar para o tratamento da questão.

Tratar a migração como um sistema complexo que não se reduz simplesmente a migrantes, países de origem e de destino ou fatores de atração e repulsão, demanda novas interpretações onde todas as dimensões sejam contempladas. E esse sistema adquire contornos específicos conforme a história, o ambiente, e a escala onde ele ocorre. Na Amazônia os padrões e as tendências (...) se tornarão mais dinâmicas e complexas no andamento de políticas de desenvolvimento na busca da integração regional e econômica. Aceitar a migração internacional como fenômeno necessário e inevitável do processo de globalização requer uma melhor gestão e não somente medidas de controle (ARAGÓN, 2009, p. 34).

Massey (2003) afirma que ainda são tímidas as pesquisas sobre o papel dos Estados nos fluxos migratórios nas sociedades de envio de migrantes. Atualmente as políticas de migração demonstram um paradoxo, de um lado a economia global se fortalece com a expansão dos fluxos de capitais, bens, matérias primas, etc e na mesma proporção ocorre um aumento nos deslocamentos de pessoas entre as nações; mas essa dinâmica acaba por criar condições nas nações desenvolvidas de atração de

migrantes, e a resposta do campo estatal é implantar políticas mais rigorosas na restrição e controle da imigração, já que esse fenômeno representa uma ameaça aos interesses dos países desenvolvidos.

Isso conduz à problemática indicada por Massey (2003) de que para pensar contemporaneamente a migração internacional se impõe identificar as forças que prevalecem: aquelas promotoras de restrição ou aquelas incentivadoras de sua expansão? Para o autor prevaleceram as políticas restritivas, porque a temática saiu da esfera burocrática para a pública e política eleitoral. Isso colocou os atores governamentais e políticos diante de dilemas provocados pelo confronto de interesses, de um lado as economias desenvolvidas têm de aceitar um determinado número de imigrantes indesejáveis, de outro as pressões dos nacionais pelo controle da imigração. A eficácia da restrição é susceptível de variação substancial de país para país.

A problemática indicada pelo autor serve tanto ao argumento da relevância em deslocar os estudos sobre movimentos migratórios da dimensão econômica e geográfica, para o domínio da sociologia; como a construção da pergunta desta investigação: como os governos do Brasil e da França no âmbito da cooperação transfronteiriça, vem enfrentando a problemática da migração internacional clandestina de brasileiros para a Guiana Francesa?

É interesse nesta reflexão revelar como funcionam essas estratégias quando envolvem mais de um Estado; como se pode constituir uma política de regulação e controle da migração internacional levada a efeito por instituições nacionais, se sua elaboração tem como requisito a concertação de interesses e a parceria nas ações entre países soberanos: “a pressão demográfica é um fator de desequilíbrio gerador de conflitos suscetíveis de serem explorados politicamente, senão militarmente. Ora, uma ação combinada para evitar este perigo é difícil de conceber e principalmente de realizar” (MERLE, 1981, p.156).

Para os atores institucionais franceses há questões diretamente associadas à migração clandestina de brasileiros: devastação ambiental, criminalidade, vulnerabilidade das populações indígenas devido à contaminação dos rios e dos peixes pelo mercúrio, evasão de divisas, malária e HIV/AIDS. Essas problemáticas incluídas na discussão sobre a migração ilegal de brasileiros para Guiana Francesa ainda não foram devidamente enfrentadas pelos governos do Brasil e da França e podem vir a degenerar

em crises políticas e institucionais, ou mesmo em situação de saturação do sistema de cooperação transfronteiriça.

Por exemplo, na III Reunião das Comissões Mistas de Cooperação Transfronteiriça a Delegação Francesa ao ser indagada sobre estabelecer os mecanismos de facilitação na concessão de vistos para a Guiana Francesa "... expressou sua disposição em tratar do tema de forma aberta e mencionou seu interesse em responder às preocupações brasileiras. O lado francês mencionou a possibilidade de ampliar-se a utilização de vistos de circulação para as pessoas diretamente envolvidas na cooperação" (AMAPA, 2002, p. 2). Contudo o tema migrações foi se tornando cada vez mais imperativo nas reuniões e na IV Reunião o tema migração recebeu o seguinte tratamento das delegações brasileira e francesa:

As Partes confirmaram a disposição de estabelecer diálogo para a implementação de políticas que objetivem facilitar a livre circulação de pessoas com fins idôneos, respeitando legislação dos dois Estados em matéria de fixação de residência de imigrantes dos dois lados do rio Oiapoque. Decidiram criar mecanismo bilateral para desenvolver um diálogo direto e estruturado sobre as questões migratórias. A Parte brasileira enfatizou a necessidade de nítida distinção entre o tratamento do tema migratório e o do combate a atividades ilícitas. (...) Decidiu-se também criar uma "linha direta" entre os dois países para tratar de questões urgentes de natureza migratória (AMAPÁ, 2008, p. 2-3).

O governo francês é bastante enfático ao afirmar que a presença de brasileiros na Guiana Francesa é indesejável, assim o demonstra a ampliação da atuação das instituições francesas no combate a essa migração, bem como são muito pontuais nas cobranças que fazem para que o governo brasileiro constranja esses deslocamentos. Cabe apontar que um brasileiro que viaja para Paris não precisa de visto por três meses, no entanto para a Guiana Francesa há regulamentação excepcional da exigência do visto (AROUCK, 2001, p. 338). Na Reunião de 2009,

O lado francês lembrou que a isenção de vistos para a Guiana não é uma opção neste momento. O lado francês ressalta também que restrições orçamentárias do governo francês não permitem considerar a abertura de repartição consular em Oiapoque. A delegação brasileira reiterou a importância desse consulado no sentido de facilitar a circulação de pessoas entre Brasil e Guiana (AMAPÁ, 2009, p.8).

As condições de vida dos brasileiros ilegais na Guiana Francesa não é das me-

lhores, pois são alvo de intensa discriminação por parte dos guianenses. Em relação a isso o texto de Isabelle Hidair (2008) é bastante esclarecedor, pois ao realizar uma análise dos estereótipos referentes aos brasileiros divulgados nos meios de comunicação social, constatou a presença de um discurso estigmatizante contra os estrangeiros que reforça os estereótipos em relação a presença brasileira na Guiana Francesa. Segundo a autora na mídia, a ênfase recai sobre as práticas ilegais envolvendo brasileiros.

A precariedade a que se submetem os brasileiros na Guiana Francesa conduz a reflexão sobre a manutenção de critérios definidores do *status* social na sociedade nacional associados à propriedade e dinheiro, essa premissa encontra guarida nas falas desses migrantes transfronteiriços, que não deixam de acalentar o sonho de ficar “um tempo e ganhar dinheiro” para então voltar ao Brasil e começar uma vida nova com mais dignidade e cidadania (MARTINS, 2008).

Douglas Massey (2003) desfaz alguns mitos relativos à migração internacional, dentre eles aquele que afirma ser uma intenção primeira do migrante fixar na sociedade de destino, segundo esse autor a ideia inicial é trabalhar por um tempo, fazer uma poupança e retornar ao seu país de origem. Há migrantes que decidem migrar por uma contingência, uma crise econômica ou política, quando o motivo deixa de existir eles podem optar pelo retorno.

Manoel Pinto (2009) se propõe a apresentar a questão da clandestinidade dos brasileiros na Guiana Francesa, e nesse esforço também trazer para a discussão alguns aspectos relativos à presença desses brasileiros no departamento ultramarino francês. Para o autor a fronteira entre o Amapá e a Guiana Francesa padece de um “esquecimento-histórico” por parte do Estado brasileiro. Aponta para a atual situação de clandestinidade dos brasileiros que vivem na Guiana Francesa e como isso afeta as trajetórias de vida desses indivíduos; afirma que as estratégias de sobrevivência, os receios, a coragem, a ousadia são fatores muito presentes no cotidiano de um trabalhador clandestino.

o trabalhador clandestino está deslocado, errante, em contralugares, ainda que, no entanto, eles sejam efetivamente localizáveis. Além da malária, da fome, do trabalho escravo, das humilhações, das prisões, dos roubos, dos calotes, dos açoites, do medo, do frio, tem-se ainda a solidão, a perda da auto-estima e muitas vezes a morte (2009, p. 238).

O rigor crescente com que as autoridades francesas na Guiana Francesa têm destinado aos brasileiros clandestinos é destacado pelo autor e afirma ser cada vez maior o volume de investimentos em aparelhos militares que se destinam a aumentar o controle e a repressão a essa migração internacional clandestina. O acordo firmado entre Brasil e França prevê, por exemplo, que os brasileiros ilegais não são deportados e sim reconduzidos, pois, como deportados ficariam impedidos por força de lei de retornar a Guiana Francesa, o que pode vir a ocorrer desde que com documentos; no caso de delitos graves os brasileiros serão julgados de acordo com a legislação francesa, se houver extradição para o Brasil não poderá nunca mais retornar ao território francês.

Esse aspecto particular do aumento do aparelho de segurança do Estado francês é interpretado como exemplo da reforma dos Estados suscitadas (década de 1990) tanto pelas prescrições neoliberais, quanto pelos desafios da transnacionalização da economia, que lhe teria retirado capacidade de controlar fluxos de capitais, mercadorias, serviços. O efeito foi a emergência do Estado de segurança que "... encontra sua única razão para existir na promoção da segurança. No caso guianense, a preocupação está na defesa do Estado francês na região, nos direitos dos cidadãos locais, e não nos direitos humanos" (PINTO, 2009, p. 248). O autor não entende que a migração de brasileiros clandestinos tenha por exclusiva motivação a necessidade de mão de obra no mercado de trabalho da Guiana Francesa "... A moeda forte, o sistema previdenciário, os benefícios sociais, as possibilidades reais de trabalho e a febre do ouro são os grandes responsáveis por aventuras dramáticas e situações de desespero vivenciadas por homens e mulheres no território francês" (*ibidem*, p. 252).

Corroboram essas informações o documentário escrito e produzido por Nicolas Moscara (2005), o qual apresenta a atuação da *gendarmerie* (Polícia Francesa) durante a Operação Anaconda de combate a garimpagem ilegal de ouro em território guianense. O filme demonstra tanto a situação de precariedade em que se encontram os brasileiros clandestinos nos garimpos da Guiana Francesa, quanto o rigor das autoridades francesas em relação a esses brasileiros. A *gendarmerie* ao chegar aos garimpos clandestinos (na maioria das vezes os garimpeiros já saíram em rota de fuga) inicia a destruição de toda infraestrutura usada na extração do ouro, as barracas são derrubadas,

os gêneros queimados e os instrumentos explodidos com granadas. Ao final da operação nada resta de máquinas e equipamentos e os brasileiros que porventura não conseguiram fugir são recolhidos e deportados para Macapá ou Belém. O interessante é que o comandante da operação faz comentários de que apesar do rigor os brasileiros sempre retornam.

Na perspectiva de Ronaldo Arouck (2000) a migração de brasileiros para a Guiana Francesa é um processo migracional que se apresenta diferenciado a outros ocorridos anteriormente na Amazônia. Essa diferença, segundo o autor, reside na observação de que essas novas migrações não desencadeiam conflitos sociais na área receptora. Mesmo que eventualmente isso possa vir a acontecer, os conflitos são de pronto moldados pelo padrão socioeconômico do território de recepção.

As motivações para migrar, mesmo de modo ilegal, podem ser diversas, mas a maior parte dos migrantes que se deslocam do Amapá para Guiana Francesa vislumbram do outro lado da fronteira oportunidades que não encontram em seu próprio país. Isso não significa a certeza de que encontraram uma vida do outro lado plenamente melhor, mas com certeza será melhor que a atual. Mas há outras propriedades da migração internacional de brasileiros para a Guiana Francesa que conduzem a proposições teóricas que se afastam daquelas de inspiração neoclássica.

Algumas hipóteses da sociologia das relações internacionais de Marcel Merle (1981) iluminam certas propriedades dessa migração de brasileiros para a Guiana Francesa: o autor afirma que são fatores como a história, a língua e a cultura que mais desenham o mapa dos fluxos migratórios internacionais. Sua proposição relativa à tendência contemporânea de ampliarem-se as políticas restritivas e repressivas dos governos em relação aos imigrantes considera que o fator demográfico e, por conseguinte, a migração internacional até o final da Segunda Guerra não era objeto de atenção no nível estratégico-diplomático entre as nações e isso se devia ao fato de que:

este fenômeno foi ignorado durante muito tempo, [foi] porque não estava completada a cadeia de reações que o constitui: enquanto a ocupação dos espaços não estava terminada e a pressão demográfica global era suportável, subsistia uma margem de manobras e a possibilidade de recorrer a expedientes. A partir do momento em que se atinge o patamar de "estorvo" e em que as mutações territoriais parecem excluídas, o fator numérico torna-se um dado específico do meio, pesando com mais e mais força sobre o funcionamento e, a es-

trutura do sistema internacional (*idem*, p. 165).

As premissas teóricas delineiam algumas questões relacionadas à migração ilegal de brasileiros para Guiana Francesa. Primeiro os imigrantes brasileiros nem sempre foram indesejáveis. Em pelo menos três períodos da história da Guiana Francesa é possível verificar a validade das hipóteses: um primeiro se estende do início da colonização às primeiras décadas do século XX; outro durante a construção da base aeroespacial de Kourou (1960-1970) e o último na abertura dos garimpos na Guiana Francesa (1990).

Elisabeth Baldwin lembra os problemas relacionados ao despovoamento da colônia francesa e de que como foram várias instruções reais tentando solucionar essa questão.

Verdadeiramente foram três séculos de tentativas de povoamento branco na Guiana (1652-1956). A Guiana chegou a pagar cento e sessenta e cinco francos, na época, por imigrante. Assim aportaram na Guiana alguns portugueses da ilha da Madeira, indianos, chineses somando de 1849 a 1877, 11.244 trabalhadores. Leis protegiam a imigração, favoreciam estadas mais longas (de 5 a 7 anos) e encorajavam a instalação definitiva (2010, p. 213).

Arouck também argumenta quanto à historicidade das migrações de brasileiros para a Guiana Francesa,

O início da emigração brasileira rumo à Guiana Francesa não é um processo tão recente. Desde os tempos coloniais houve alguma movimentação entre esses dois países, comum intercâmbio forte, especialmente durante a Segunda Guerra Mundial, quando o ouro de Caiena sustentou a importação de comida (especialmente gado) do Brasil, para seu abastecimento, já que o governo da França abandonara aquela gente à sua própria sorte (2001, p. 314).

Mas já em 1975 iniciam-se os repatriamentos dos brasileiros,

Em 1975 o plano REBRACA (Retornos Brasileiros de caiena) prevê o repatriamento dos imigrantes brasileiros pelo governo brasileiro, sob o pedido não oficial por parte das autoridades francesas. Assim, entre 5 e 12 de dezembro de 1975, 1.129 pessoas voltaram ao Brasil. No entanto, como as promessas de emprego no Brasil não foram concretizadas, seis meses depois desse plano quase a metade dos repatriados já havia retornado à Guiana (MONGE *apud* HIDAIR, 2008, p. 131-132).

Ao discutir a questão da integração política e social do imigrante brasileiro na Guiana Francesa Arouck ressalta o interesse do governo francês em receber os brasileiros para trabalharem nas construções da base aeroespacial de Kourou.

A cidade de *Kourou*, uma espécie de *company town*, foi construída as proximidades de Caiena e vizinha à base de lançamentos, com o objetivo de abrigar infra-estrutura de serviços necessária a demanda de técnicos e cientistas que operacionalizavam o projeto de montagem e lançamento de foguetes para fins civis.

Havia, contudo, uma carência muito grande de mão-de-obra não especializada, capaz de realizar as atividades manuais necessárias à construção civil e aos serviços gerais. Essa mão-de-obra foi, então captada do vizinho Amapá, especialmente de Macapá. As empreiteiras e subempreiteiras atraíam essa força de trabalho com a vantagem de um salário que, quando convertido para o pouco valorizado Cruzeiro (moeda da época no Brasil), representava um ganho substancial para os padrões salariais de um operário brasileiro (2001, p. 341, grifos do autor).

Nas décadas seguintes, a taxa de emprego na Guiana Francesa entrou em rota descendente, de modo que a obtenção da carta de *Séjour* foi ficando cada vez mais difícil, mas foi feita uma exceção para garimpeiros, profissionais relacionados à atividade de interesse no momento.

Devido a alta taxa de desemprego local (20%), a prefeitura só está aceitando pedidos de carta de *séjour* para *chercheur d'or*, o nosso conhecido garimpeiro, trabalhador que teoricamente vai exercer suas atividades nos rincões auríferos no meio da selva guianense. Muitos brasileiros, entretanto preferem permanecer na cidade de Caiena (*ibidem*, p. 341, grifos do autor).

O relato do Sr. José Hermenegildo Gomes (Associação *DAAC-Guyane Développement Animation Accompagnement Coopération*) confirma essa informação, ele garante que nos anos de 1993-94 houve a intensificação da extração de ouro na Guiana Francesa e as mineradoras (EUA, Canadá e França) recrutavam garimpeiros brasileiros, com concessão de carta de *Séjour* de seis meses, para que trabalhassem nessa atividade. Ao final dos seis meses esses trabalhadores não retornavam e o que era um trabalho temporário acabou por se tornar permanente (informação verbal)⁴.

Em termos históricos as migrações internacionais contemporâneas mantêm vínculos com o aumento pela demanda de mão de obra nos países de destino após a

⁴ Informação fornecida em entrevista dia 21/10/2012, em *Rémire Montjoly* na cidade de Caiena.

segunda guerra mundial na década de 1950. Ao início da década de 1970, estimava-se em aproximadamente 8 milhões o número de trabalhadores estrangeiros empregados na Europa Ocidental, acompanhados de 4 a 5 milhões de dependentes. Mais de 4/5 desses 12 milhões de imigrantes eram então absorvidos por quatro países: Alemanha Ocidental, França, Reino Unido e Suíça (SALES, 1992).

A questão suscitada por Sales é que esses fluxos foram gradativamente e consistentemente se transformando em clandestinos. Os trabalhadores imigrantes foram alocados no mercado de trabalho conforme as carências por mão de obra, os governos desses países trataram a imigração como solução para um problema temporário.

um dos motivos por trás da característica de clandestinidade das recentes migrações internacionais está no fato de que o que era visto como carência temporária de mão de obra de imigrantes nos anos 50 tem-se transformado em traço permanente nos países de destino, hoje dependentes da presença do trabalho estrangeiro (SALES, 1992, p. 50).

Essas informações sustentam a hipótese de que o contexto institucional gerado no momento das demandas francesas por mão de obra favoreceu a composição de um tecido social marcado pelas interações sociais entre brasileiros e franceses. Nessa fase as tensões eram incipientes e os conflitos ausentes. Mas ao final da década de 1990 os migrantes brasileiros ilegais começaram a enfrentar as operações de repressão e deportação. Afirma-se que isso se constitui em um desafio aos esforços para a cooperação na zona de fronteira Oiapoque-Guiana Francesa. A hipótese serve a análise de outras fronteiras na Amazônia, pois a diversidade de grupos presentes nessas zonas fronteiriças demanda a promoção de estratégias específicas, orientadas por princípios como parceria e participação.

Para Sales é decisivo no volume e composição dos fluxos migratórios internacionais recentes a constituição dos mercados integrados, tal como A União Europeia, o Nafta e o Mercosul.

Essa integração não muda, contudo, a questão básica colocada por estas recentes migrações internacionais que, a meu juízo, diz respeito à própria inter-relação entre os países, mostrando o acirramento da relação entre países ricos e pobres. É aí, sobretudo, que reside o novo caráter das migrações internacionais, quando se observa uma quase invasão do espaço dos países ricos pelos deserdados do capitalismo (1992, p. 50).

É interessante observar que os processos de integração regional conferem às fronteiras nacionais mais permeabilidade no que tange aos fluxos de capitais, bens, serviços, títulos, no entanto, isso não procede quando se trata do fluxo de pessoas, particularmente de trabalho, ao qual se impõem muitas restrições. Ainda assim, a intensificação da migração internacional tem consistentemente engajado novas populações.

A imigração é uma consequência natural dos processos mais amplos de integração social, política e econômica através das fronteiras internacionais. Os indivíduos percebem que mesmo sendo de nacionalidades distintas estão ligados por laços econômicos (atividades comerciais e de investimentos), políticos (tratados e acordos bilaterais ou multilaterais), sociais relativos aos arranjos políticos-institucionais que conferem maior dinamismo às zonas de contato entre pessoas de nacionalidades diferentes, tais como intercâmbios de estudantes, turismo, missões diplomáticas, cooperação transfronteiriça, etc.

É imprescindível o debate e as reflexões sobre a função dos Estados nas sociedades de envio de migrantes. Afirma-se a necessidade de se ampliarem as pesquisas sobre as estratégias políticas e/ou institucionais governamentais que tem por foco a saída de seus nacionais para o estrangeiro. Há bibliografia considerável que aborda o movimento migratório interno a um país; outra que se dedica à migração internacional, o surgimento dos fluxos, os destinos dos emigrantes e a manutenção temporal desses deslocamentos; outros estudos refletem sobre a integração ou não do imigrante no país de origem. Mas é necessário considerar a globalização, os processos de integração regional, as interações transfronteiriças.

Nesse ponto cabe ressaltar que a migração internacional para a Guiana Francesa tem na cidade de Oiapoque seu lugar de passagem (SOARES, 1995), isso implica na dinâmica da cidade, pois, aquece a economia local. Os migrantes são clientes das empresas de hospedagem, restaurantes, lojas comerciais, transporte. Há uma rede que envolve atores e organizações locais que depende e atende as demandas criadas pelos migrantes no seu percurso migratório.

No Brasil o interesse do governo pelos brasileiros que emigram está relacionado com as grandes quantidades de fundos que remetem para casa. A Cônsul brasi-

leira na Guiana Francesa Ana Beltrame afirmou que as emissões de euros realizadas pelos imigrantes brasileiros para o Brasil e a questão previdenciária na França são dois importantes fatores explicativos para o grande rigor da política de imigração na Guiana Francesa (informação verbal)⁵.

A primeira avaliação realizada pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil revela uma cifra de 1,5 milhão de brasileiros vivendo em 33 países (KLINTOWITZ, 1996, *apud* RIBEIRO, 2000, p. 122) O interesse do governo brasileiro por esse fluxo de emigrantes relaciona-se com as grandes quantidades de fundos que remetem para casa. Em 1995, o Ministério da Fazenda estimou em US\$ 4 bilhões as remessas dos emigrantes para o Brasil.

Ao analisar a conceituação de transmigrante apresentada por Ribeiro entende-se que ela se mostra adequada na definição dos imigrantes brasileiros na Guiana Francesa, pois são “imigrantes que desenvolvem e mantêm relações múltiplas – familiares, econômicas, sociais, organizacionais, religiosas e políticas – que cruzam as fronteiras” (BASCH, GLICK SCHILLER & SZATON, 1997, p. 7 *apud* RIBEIRO, 2000, p. 123).

Ao problematizar a imigração internacional tendo em conta os fluxos de pessoas, particularmente de trabalhadores se chega ao entendimento de que o transnacionalismo se define como “... processos pelos quais os imigrantes forjam e mantêm relações sociais multientrelaçadas que unem suas sociedades de origem com a de residência” (BASCH, GLICK SCHILLER & SZATON, 1997, p. 7 *apud* RIBEIRO, 2000, p. 123).

No entanto, há uma propriedade indicada por Ribeiro (2000) que não se aplica aos brasileiros clandestinos na Guiana Francesa, refere-se o autor à questão identitária, pois “... os transmigrantes podem usar suas identidades ambíguas para provocar mudanças culturais, sociais, políticas e econômicas tanto no país onde nasceram quanto naquele para onde migraram”. Os imigrantes ilegais brasileiros na Guiana Francesa organizam-se em comunidades com uma solidariedade restrita de modo que se reforça a identidade nacional brasileira. Em Caiena acontecem o Círio de Nazaré e o Carnaval, a existência desses ritos expressa a persistência das tradições nacionais, mesmo em território estrangeiro, as quais garantem a atualização dos caracteres identitários, não apenas nacionais, mas também regionais, ocorre o que se poderia denominar de

⁵ Informação fornecida em Palestra proferida no *Club des Pacoussines em Rémire Montjoly/Cayenne*, dia 22 de outubro de 2011.

um transplante de tradições de um país para outro, argumenta-se que na migração internacional através das fronteiras a proximidade com o país de origem favorece essa prática entre os imigrantes.

No levantamento de dados realizado em Caiena, entre os dias 20 e 26 de outubro de 2011, visitou-se um dos mais conhecidos bairros de brasileiros da cidade, o *Arc de Ciel*. Segundo o Sr. José Hermenegildo Gomes coordenador de uma associação de assistência aos imigrantes (*DAAC-Guyane Développement Animation Accompagnement Coopération*) residem aproximadamente dois mil brasileiros nesse bairro, a grande maioria é legal, são originários do estado do Amapá, mas também há muitos paraenses e maranhenses (informação verbal⁶). Nesse bairro, o governo francês está construindo um conjunto habitacional e infraestrutura (energia, transporte e saneamento) para atender a esses imigrantes brasileiros. As casas depois de entregues terão como custo um aluguel social de acordo com a renda familiar, também haverá cobrança de encargos sociais, bem como títulos de propriedade. A grande maioria dos moradores do bairro são trabalhadores da construção civil já detentores da *Carte de Séjour* (documento emitido pelo governo da França que pode ter validade de 1 a 10 anos, funciona como uma carta de trabalho e garante benefícios ao seu portador, bem como não exige a naturalização). Não há dados exatos quanto ao número certo de brasileiros ilegais nesse bairro, mas, segundo Sr. José Hermenegildo Gomes é possível estimar que em cada moradia familiar, ao menos um morador é clandestino.

Para o Consulado brasileiro há registros de 6.752 imigrantes brasileiros legalizados na Guiana Francesa. A Cônsul brasileira Ana Beltrame informou que há probabilidade de existirem dois ilegais para cada legal (informação verbal)⁷. Não deixando de reiterar que a informação é uma suposição, pois sem confirmação oficial, teríamos, nesses termos uma população de mais 20.000 brasileiros ilegais na Guiana Francesa. A esses ilegais, cujo registro oficial não é possível justamente pela invisibilidade que o imigrante sem documentos faz questão de sustentar (mesmo junto ao Consulado brasileiro), poderíamos acrescentar mais 10.000 garimpeiros segundo informações que chegam ao DAAC, esses últimos são mais ilegais ainda, pois, quando um brasileiro faz

⁶ Informação fornecida em entrevista dia 21/10/2012, em *Rémire Montjoly* na cidade de Caiena.

⁷ Informação fornecida em Palestra proferida no *Club des Pacoussines em Rémire Montjoly/Cayenne*, dia 22 de outubro de 2011.

garimpagem na Guiana Francesa ele comete quatorze crimes, de acordo com o *Com-mandant de Police Jean-Michel Dupuy* (informação verbal)⁸, a *Police aux Frontieres* tem por função combater e controlar a imigração clandestina.

A pressão migratória na Guiana Francesa se expressa nos aproximadamente 40% de estrangeiros contabilizados na população guianense (226.000 habitantes) e para controlar essa pressão o governo francês implementou nesse Departamento um dispositivo excepcional, já que somente se aplica na Guiana Francesa trata-se do estabelecimento de barreiras no interior de seu território. Ainda conforme informações da PAF dentre os imigrantes ilegais expulsos em 2010, 55% eram brasileiros. A lei de imigração francesa é rigorosíssima, por exemplo, quem empregar um estrangeiro ilegal comete crime, com cinco anos de prisão e €\$ 15.000,00 de multa (*Articles L8251-1 et L8256-2 du Code Du Travail*); quem ajudar um estrangeiro ilegal a entrar e permanecer em território francês também comete crime com cinco anos de reclusão e €\$ 30.000,00 de multa (*article L622-1 du Ceseda, Code de l'Entrée et du Séjour des Étrangers et du Droit d'Asile*)⁹.

A intenção deste texto é contribuir com os estudos relacionados à migração internacional em áreas de fronteiras amazônicas, principalmente em um momento de nossa história em que se intensificam os projetos de integração, a exemplo do programa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana, o que parece indicar uma ampliação dos processos migratórios no continente. Isso produz experiências sociais, territoriais, de construção de identidades, em relações onde as tensões e conflitos se aguçam.

Argumenta-se que a institucionalização da cooperação se fez sem considerar as condições socioespaciais da zona de fronteira, e isso ainda se mantém, pois a questão da migração internacional continua como assunto não devidamente enfrentado. Em parte isso decorre da diferença entre a política de imigração do governo da França em relação ao Brasil e vice versa; mas também a desconsideração dos fatores históricos e sociais muito estreitamente relacionados aos fluxos migratórios através da fronteira do Amapá com a Guiana Francesa, qualquer estratégia de governo deve ser antecedida

⁸ Informação fornecida pelo Comandante *Jean-Michel Dupuy*, *Etat-Major, Police aux Frontieres/DDPAF-Guyane*. Palestra 25/10/2011, local *Rectorat*, Reitoria de Educação

⁹ Palestra 25/10/2011, local *Rectorat*, Reitoria de Educação, a *Police aux Frontieres*.

pelo conhecimento daquilo que se vai governar, as coisas e homens.

Referências

ARAGÓN, Luis E. "Aproximação ao Estudo da Migração Internacional na Pan-Amazônia". In: ARAGÓN, Luis E.(org.). *Migração Internacional na Pan-Amazônia* Belém: NAEA/UFPA, 2009.

AROUCK, Ronaldo. "Brasileiros na Guiana Francesa: um grupo em vias de integração?". In: CASTRO, Mary Garcia (coord.) *Migrações internacionais: contribuições para as políticas*; volume 4. – Brasília: Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (CNPd), 2001. Disponível em: http://www.cnpd.gov.br/public/obras/migracoes_frm.htm. Acesso 03/08/2012 16:45 horas.

AROUCK, Ronaldo. "Brasileiros na Guiana Francesa. Novas migrações internacionais ou exportação de tensões sociais na Amazônia". *Lusotopie*, 2000: 67-68

ALBUQUERQUE, José Lindomar. "Imigração em territórios fronteiriços". *VI Congresso Português de Sociologia*. Mundos Sociais: saberes e práticas 26 a 28 de junho de 2008. Universidade Nova de Lisboa Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

AMAPÁ. Agência de Desenvolvimento do Amapá. Departamento de Relações Internacionais. *Documentos Diversos sobre a Cooperação Transfronteiriça Amapá/Guiana Francesa*.

AMAPÁ. Agência de Desenvolvimento do Amapá. Departamento de Relações Internacionais. *Documentos Diversos sobre a Cooperação Transfronteiriça Amapá/Guiana Francesa*. III Reunião de Cooperação Transfronteiriça Brasil-França. Macapá 28 a 30 janeiro 2002.

AMAPÁ. Agência de Desenvolvimento do Amapá. Departamento de Relações Internacionais. *Documentos Diversos sobre a Cooperação Transfronteiriça Amapá/Guiana Francesa*. IV Reunião de Cooperação Transfronteiriça Brasil-França Caiena 12 e 13 junho 2008

AMAPÁ. Agência de Desenvolvimento do Amapá. Departamento de Relações Internacionais. *Documentos Diversos sobre a Cooperação Transfronteiriça Amapá/Guiana Francesa*. V Reunião de Cooperação Transfronteiriça Brasil-França. Macapá 13 e 14 agosto 2009.

BALDWIN, Elisabeth. "Olhares Cruzados sobre a Imigração brasileira para a Guiana Francesa: novas representações identitárias?". *Synergies Brésil*, nº spécial 1, 2010.

RIBEIRO, Gustavo Lins. *Cultura e política no mundo contemporâneo: paisagens e passagens*. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000. (Coleção Antropologia).

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 9ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. *Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira*. Brasília, 2005. Disponível em: www.mi.gov.br/download/download.asp?...=/pdf/...pdf...livro...pdf. Acesso em 29/08/2012 17:13 .

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Divisão de Atos Internacionais. *Acordo-Quadro de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa*. Decreto nº 2.200, de 08 de Abril de 1997. Disponível em: www2.mre.gov.br/dai/francooperacao.htm. Acesso em 20 Nov 2005.

- CAMPOS, Marden Barbosa de. "Migração Internacional. Estimativas de migração internacional no Brasil: velhos e os novos desafios". In: OLIVEIRA, Luiz Antonio Pinto de; e OLIVEIRA, Antonio Tadeu Ribeiro de (orgs.). *Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil*. – Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e estatística – IBGE, 2011. (Estudos e Análises. Informação Demográfica e Sócioeconômica, n 1).
- CERVO, Amado Luiz. "Relações Internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso". *Rev. Bras. Polít. Int.*, vol. 45, nº 1, Brasília, Jan/Jun, 2002.
- COELHO, Pedro Motta Pinto. *Fronteiras na Amazônia: um espaço integrado*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1992. (Relações Internacionais).
- CRUZ, Manuel Braga da. *Instituições políticas e processos sociais*. Bertrand Editora, Venda Nova, 1995.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- GÓES FILHO, Synésio Sampaio. *Navegantes, bandeirantes, diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras no Brasil*. São Paulo: Martins e Fontes, 1999. (Temas Brasileiros).
- HIDAIR, Isabelle. "Imigração Brasileira na Guiana Francesa: entre elucubrações e realidade". *Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia*, nº 24, Niterói, 2008.
- LOURENÇO, António Joaquim. *A Cooperação Transfronteiriça entre o Concelho do Sabugal e a Comarca de Ciudad Rodrigo*. Disponível em: http://www.jcyl.es/jcyl/cee/dgeae/congresos_ecoreg/CERCL/1561.PDF. Acesso 16/02/2012 16:07
- MARINUCCI, Roberto. "Brasileiros e Brasileiras no Exterior. Apresentação de dados recentes do Ministério das Relações Exteriores". Disponível em www.csem.org.br/2008/roberto_marinucci_brasileiros_e_brasileiras_no_exterior_segundo_dados_do_mre_junho2008.pdf.
- MARTINS, Carmentilla das Chagas. *Relações bilaterais Brasil/França: a nova perspectiva brasileira para a fronteira Amapá/Guiana Francesa no contexto global*. Dissertação de Mestrado (Ciências Sociais). Universidade de Brasília. Brasília: UNB, 2008.
- MASSEY, Douglas. "Patterns processes of international migration in the 21 century". *Paper prepared for Conference on African Migration in Comparative Perspective*, Johannesburg, South Africa, 4-7 June, 2003
- MERLE, Marcel. *Sociologia das relações internacionais*; tradução de Ivonne Jean. – Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981. (Coleção Pensamento Político, 25).
- MOSCARA, Nicolas. *Guyane: la fièvre de l'or*. Coordenação de Produção Marie-Dominique Bernause e Cédric Eyssantier. – JLO Press, 2005.
- PEIXOTO, João. *As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macrosociológicas*. [S.l.]: SOCIUS Working Press, nº11/2004, Lisboa. Disponível em: <http://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/2037>. Acesso em 13 mar. 2012.
- PINTO, Manoel de Jesus de Souza. "Por uma "sociologia da clandestinidade" no estudo da presença de brasileiros na Guiana Francesa". In: ARAGÓN, Luis E.(org.). *Migração Internacional na Pan-Amazônia*. Belém: NAEA/UFGA, 2009.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. *Cultura e política no mundo contemporâneo: paisagens e passagens*. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.
- RIBEIRO, J. Cadima; SANTOS, J. Freitas. "Cooperação transfronteiriça: motivações, contribuições teóricas e experiências". In ALISEDA, Julián *et al. Colectividades territoriais, financiamento e cooperação transfronteiriça*. Coimbra: APDR, 2002. *Apud* SALES, Teresa. "Imigrantes estrangeiros, imigrantes brasileiros: uma revisão bibliográfica e algumas anotações para a pesquisa". *Rev. Bras. Estudos Pop.*, Campinas; v. 9; nº 1; 1992.

SILVA, Carlos Alberto da (coordenador). *Problemas e perspectivas da cooperação transfronteiriça*. In Comissão de Coordenação para o Desenvolvimento Regional do Alentejo. Universidade de Évora, 2004. Évora. Documento de Trabalho. Évora CCDRA & Universidade de Évora, 2004.

SOARES, Ana Paulina A. *Travessia: análise de uma situação de passagem entre Oiapoque e Guiana Francesa*. Dissertação de Mestrado Departamento de Geografia – Área de Geografia Humana. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1995. Prof^a Dr^a Maria Regina Cunha de Toledo Sader.

WAGNER, Peter. "A Crise da Modernidade. A sociologia política no contexto histórico". *Conferência realizada no 19º Encontro Anual da ANPOCS (1995)*. [on line]. Disponível: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_31/rbcs31_02_.htm. Acesso 01/02/2011

Recebido em: outubro de 2016.

Aprovado em: dezembro de 2016.